

Resposta 06/06/2022 08:35:36

1) Com relação a planilha de custos e o preço final proposto, quais percentuais serão alterados, reduzidos ou tirados da planilha de custos em caso de prorrogação do contrato? R: Baseando-se na Nota Técnica nº 652/2017-MP os custos amortizados/pagos serão descontados na prorrogação do contrato: - Aviso prévio indenizado – será reduzido a 10% do valor inicial, pois segundo a Lei 12.506/2011 incluiu-se um período de 10% a mais de gozo a cada ano trabalhado para o empregado da empresa, tendo este mais 03 (três) dias de aviso prévio, a cada ano de serviço; - Incidência do FGTS sobre o aviso prévio – será zerada; - Aviso prévio trabalhado – a própria Nota Técnica 652/2017 fala em manter os 10% do valor inicial; - Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado – será zerada; - Multa sobre o FGTS será mantida pois segundo a Nota Técnica 652/2017, 33.3 Que o evento "multa do FGTS" – seja para aviso prévio trabalhado ou indenizado – não são considerados custos não renováveis, tendo em vista que esses custos são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão, para efeito de cálculo de formação de preços para contratação dos serviços terceirizados. - Os materiais se houver a previsão no termo de referência de serem amortizados em 60 (sessenta meses), não serão alterados. 2) O IFPR efetua rapidamente dentro do prazo legal as liberações de saldo em conta vinculada assim que a empresa encaminhe os comprovantes ? R: Sim, conforme a Instrução Normativa 05/2017, § 11.2 - 'Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o órgão ou entidade contratante expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em Conta Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa". 3) No Edital no item 6.1.2.2 , Produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade, como demonstramos esta produtividade na proposta? R: A produtividade é medida através do IMR - Índice de Medição de Resultado - Anexo VII do Edital. 4) No item 6.5.3 do edital, A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores. A licitação terá conta vinculada ou será pelo fato gerador ? R: Conta Vinculada. 5) No item 13.17 do edital, Manter preposto no local da prestação de serviços, a empresa deverá orçar um funcionário a mais para atendimento a esta exigência, visto que no TR não está específico, "está enfatizando a obrigatoriedade de manter no local de prestação de serviço". R: Referente ao item 13.17 - É de responsabilidade da contratada manter preposto junto aos locais de prestação de serviço, conforme preceitua o artigo 68 da Lei 8.666/93, in verbis: "Art. 68. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato." Dessa forma, o item 13.17 atende a um preceito legal, não havendo que se falar em um posto de preposto fixo, conforme questionamento levantado pela interessada. No mais, o edital em nenhum momento menciona sequer a intenção na contratação de um posto de preposto fixo. Cumpre observar que, o preposto é o representante da contratada junto à Administração. Como é inviável que o principal responsável pela empresa esteja a todo momento disponível para tratar com a Administração, a empresa nomeia um preposto para receber as demandas e reclamações da Administração, e acompanhar a execução do contrato. Lembremos ainda que, os vigilantes contratados, para assumir os postos licitados, são funcionários da empresa, devendo receber ordens direta da empresa e não da Administração, logo a figura do preposto é de salutar importância em um contrato com a Administração Pública. Isto posto, a resposta ao questionamento levantado resta negativa. O edital não pretende licitar um posto de preposto fixo, apenas faz menção a dispositivo legal que estipula uma obrigação à contratada.